

Moção 46

Sobre o Uso de Inteligência Artificial Generativa no LIVRE

A Política é constituída de diálogos. E a Democracia não sobrevive sem um diálogo em que todas as partes escutam, e reconhecem em todas elas a mesma humanidade que as move, mesmo que em campos opostos. Por força do espírito de progresso técnico que nos permeia, interpôs-se neste diálogo uma nova voz: uma voz sintética.

Os algoritmos generativos, sejam de imagem, vídeo, ou texto, têm sido apresentados como uma ferramenta de grande utilidade mas cujas capacidades, origens e fragilidades intrínsecas têm também recebido um olhar crítico. O uso destas ferramentas no seio do LIVRE já é conhecido, e é chegada a hora de o partido fazer também a sua reflexão sobre as circunstâncias do seu uso, e sobre qual o seu lugar no trabalho interno.

Posicionando-se à Esquerda, seja no combate às assimetrias sociais, na defesa de direitos civis, na protecção do ambiente, ou na luta contra as ameaças à Democracia, o LIVRE não pode ficar indiferente às origens e consequências do recurso a estas ferramentas.

Um novelo de dependências incontornáveis

Desde logo, os algoritmos generativos como é o caso do ChatGPT nas suas diversas versões foram desenvolvidos fazendo uso de um corpo de criações humanas (textos, programas, descrições, diálogos) que têm autores com direitos consagrados na lei. Paradoxalmente, as empresas que os desenvolvem procuram furtar-se ao paradigma vigente de respeito pelos direitos de autor, noutras áreas ferozmente defendido por interesses rentistas, enquanto ao mesmo tempo reservam para si a propriedade intelectual dos seus modelos, desenvolvidos sobre os ombros de criações alheias. Estando o LIVRE do lado dos criadores, dos artistas, dos escritores, e de muitas outras classes profissionais, não pode ignorar que o uso de ferramentas neste limbo artificial os tem assumido como meros fornecedores de matéria-prima.

O uso destas ferramentas pressupõe também muitas vezes a cedência de toda a informação fornecida e produzida, e a abdicação da titularidade dos resultados. Estas condições deveriam ser avaliadas e nunca tacitamente aceites.

A ultrapassagem dos direitos laborais

Por outro lado, alguns destes algoritmos têm sido apresentados como uma panaceia para o “obstáculos” da contratação e da concertação social, sendo desde já apontados como uma motivação para despedimentos, com todas as consequências para a estabilidade no emprego e para o agudizar de assimetrias históricas nas relações laborais. A defesa dos direitos dos trabalhadores chama-nos a pensar em contrapesos que os protejam. O uso acrítico destas ferramentas acresce à suposta inevitabilidade desta mudança.

Desresponsabilidade civil

As tecnológicas têm também, nem sempre com sucesso, procurado defletir a responsabilidade dos resultados do uso dos seus algoritmos para os utilizadores. Ao mesmo tempo, defendem uma suposta agência dos

mesmos modelos que, não sendo infalíveis nem impermeáveis a manipulação, também já induziram em erro quem os usa, e expuseram à devassa e à predação *online* menores e mulheres, por vezes com consequências trágicas. Por outro lado, o investimento galopante em centros de dados deveria suscitar as maiores reservas sobre quem defende o meio ambiente, seja pelo consumo energético acrescido e emissões associadas, seja pela pressão sobre regiões com recursos hídricos frágeis e onde habitam populações incapazes de fazer frente a uma mudança que lhes é imposta. Estas pessoas não podem ser esquecidas.

Uma política sem políticos?

Finalmente, e regressando à questão da origem da *voz* que queremos fazer ouvir, em Portugal e na Europa, é imperativo perguntar:

Esta voz é a nossa? Pode o nosso desejo político ser automatizado?

Na verdade, ao recorrermos a algoritmos generativos estamos a contar com elocuições que partem de um lugar não-político, sem uma direcção explícita, mas não sem vieses, por encerrarem em si mesmos as vicissitudes de um multilóquio de posições, mundividências, ideologias, preconceitos, e privilégios.

Tendo em mente estas considerações, o LIVRE é chamado a

- 1) Elaborar um manual de boas práticas sobre o uso de algoritmos generativos, no trabalho interno e na comunicação externa;
- 2) Identificar e privilegiar aquelas que sejam compatíveis com o lugar político do partido;
- 3) Dotar Membros e Apoiantes dos elementos necessários para um uso responsável e ético.

Em cada momento da História vivemos no zénite da técnica. Em cada um desses momentos, a sociedade é chamada a reflectir sobre a tecnologia que usa – que vantagens traz, quais os seus impactos, quem beneficia, e quem penaliza. Nestas ocasiões é-nos frequentemente apresentada como imparável a força do *Progresso*, de forma tão convincente quão revolucionária a nova tecnologia que hasteia. Também frequentemente, o *Progresso* é-nos apresentado como um monólito de um amanhã inevitável – o de uma janela de oportunidade estreita demais para admitir dissidências, mas ampla quanto baste para nos deixar assistir à parada triunfal de um novo normal.

Mas a tecnologia não é uma inevitabilidade a que nos sujeitamos. Parte do desiderato da Democracia é também decidir sobre que ferramentas usar, sejam elas materiais ou algorítmicas, para com elas construirmos um mundo melhor.

Proponentes

- Francisco Burnay
- João Manso
- Ricardo André
- Flávio Oliveira

Subscritores

- Marta Setúbal